

POVOS DO SERTÃO DE ALAGOAS: confinamento, diáspora e reterritorialização

Jorge Luiz Gonzaga Vieira*

Resumo: O presente estudo identifica a origem étnica dos rituais religiosos dos povos Geripankó, Kalankó, Karuazu, Katökinn e Koiupanká no tronco Pankararu e o processo de ressurgimento étnico e político no cenário nacional, a partir da década de 1980. Nesse contexto, analisa o impacto civilizatório sobre as populações indígenas do Nordeste, entre o século XVIII e XIX, a invasão dos territórios, o papel das missões no aldeamento e a diáspora do povo Pankararu. No processo de reterritorialização, cada povo reconstrói a sua identidade étnica, considerando as relações interétnicas e do entrono, busca fortalecer a autonomia frente às políticas governamentais e à sociedade nacional.

Palavras-Chave: Povos indígenas, identidade, ressurgimento, território.

O presente trabalho tem como objetivo identificar historicamente a origem étnica dos rituais religiosos e analisar o processo de ressurgimento dos povos indígenas Geripankó, Kalankó, Karuazu, Katokin e Koiupanká, localizados no sertão de Alagoas.

O referencial teórico foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica de estudos de antropólogos, sociólogos e historiadores referentes à temática indígena, especialmente do Nordeste. A parte seguinte é resultado de pesquisa de campo do autor e de alunos (as) bolsistas do Núcleo de Programas de Pesquisa (NPP) – PSIC e PIBIC–, e do Núcleo de Projeto de Extensão (NPE) do Centro Universitário Cesmac.

A pesquisa desenvolve inicialmente uma abordagem étno-histórica do impacto civilizatório sobre as populações indígenas do Nordeste, entre o século XVIII e XIX, destacando a invasão dos territórios, o papel das missões no aldeamento e a diáspora do povo Pankararu, localizado entre os municípios pernambucanos de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá.

Em seguida, apresenta-se uma análise histórica da política integracionista governamental sobre as etnias indígenas e as condições históricas conjunturais em nível nacional e internacional, a partir da década de 1970, que possibilitaram o ressurgimento, a afirmação da identidade étnica e a luta dos povos indígenas de Alagoas pela

* Mestre em Desenvolvimento Local (UCDB) - pesquisa com populações indígenas do Mato Grosso do Sul e de Alagoas. Publicação de artigos em revistas especializadas e na coletânea Índios do Nordeste: Temas e Problemas. Professor do Centro Universitário Cesmac. E-mail: jorgelvg@ig.com.br

demarcação dos territórios, como também a realidade étno-histórica e sociocultural, destacando a localização, população, situação e organização social e política de cada povo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os povos indígenas que atualmente habitam o semi-árido alagoano, Geripankó, Kalankó, Karuazu, Katökinn e Koiupanká, são originários do tronco étnico Pankararu, território localizado entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, estado de Pernambuco.

Os dados históricos que fazem referência aos Pankararu ou Pankaru datam de 1702, citados entre outros grupos, como os Pankaru, Geritacó, Calancó, Umã, Canabrava, Tatuxi, Fulê. “Uma unidade que está profundamente ligada historicamente às estratégias de conquista colonial e formação do Estado nacional: guerras ‘justas’, missões e misturas” (ARRUT apud SILVA, 2009, p.34).

Acossados pelas fronteiras agropastoris e arrebanhados por missionários, foram obrigados a viverem em pequenas glebas de terras. Com o passar do tempo, a população foi aumentando e os espaços territoriais tornaram-se reduzidos, provocando, conseqüentemente, doença e conflitos, obrigando-os a buscarem novas terras e trabalho.

Essas populações são levadas a permanentes migrações, desestruturações sociais e reterritorialização, ao longo dos 500 anos de contato com europeus e da sociedade nacional. Entendê-las, faz-se necessário explicitar questões presentes na história da colonização, compreender as práticas e suas conseqüências para as populações nativas.

1.1 Uma nova abordagem etnohistoriográfica sobre os povos do Nordeste

Na primeira metade do século passado, surgem iniciavas no Nordeste de uma abordagem etnográfica sobre as populações indígenas do Nordeste. Pode-se citar os estudos de Estevão Pinto como etnólogo, publicados a partir de 1935, *Os Indígenas do Nordeste*, e, em 1956, com o título *Fulni-ô - Os últimos Tapuias*; em 1937, comissionado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizou seu primeiro trabalho de campo entre os Pankararu, no aldeamento Brejo dos Padres. Nesse contexto, ressalta-se o trabalho de Clóvis Antunes *Índios de Alagoas*, em 1984.

Com estes trabalhos, constata-se um movimento de transição na etnohistoriografia sobre as populações indígenas. Como afirma Silva, a passagem do “índio objeto ao índio sujeito político” (2007, p.14).

Em nível mais geral, essas abordagens estão no contexto da superação do que os registros, relatos e livros que tratam sobre o *Descobrimento*¹ e a expansão territorial portuguesa, sob o olhar do conquistador. A historiografia luso-brasileira é farta quanto a esses fatos, tratando-os como símbolo de progresso e de civilização. Nesta lógica, os acontecimentos e práticas são enaltecidos como feitos importantes para o crescimento e desenvolvimento da humanidade, a exemplo da justificativa da invasão, do extermínio, da escravização, da imposição de valores e costumes.

À população nativa, fora-lhe negada a sua história, a cultura, a religião, os costumes e valores. E, quando aparece nos relatos, é de forma estereotipada e etnocentricamente, construída numa imagem genérica e a serviço dos interesses políticos, religiosos e econômicos da sociedade dominante.

Everardo Rocha, ao analisar a forma como os livros didáticos descrevem os indígenas, identifica três aspectos:

O primeiro papel que o índio representa é no descobrimento. Ali, ele aparece como ‘selvagem’, ‘primitivo’, ‘pré-histórico’, ‘antropófago’ (...) O segundo papel é no capítulo da catequese. Nele o papel do índio é de ‘criança’, ‘inocente’, ‘infantil’, ‘almas virgens’ (...) O terceiro é no capítulo ‘Etnia brasileira’ (...) num passe de mágica etnocêntrica, vira ‘corajoso’, “altivo”, cheio de ‘amor à liberdade’. (2000, p. 17-18).

Na busca de recuperação e superação da ausência nos relatos históricos da presença dos povos indígenas anterior à chegada dos portugueses, cabe lembrar o processo de ocupação territorial, povoamento da América e, particularmente, do Brasil, envolvendo a presença de milhões de habitantes e centenas de etnias. Segundo Prezia e Hoornaert,

Ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre quando e como chegaram os primeiros grupos humanos na América. Alguns acreditam que tenha sido há cerca de 12 mil anos, enquanto outros defendem uma data bem mais recuada (cerca de 48 mil anos), com

¹ Termo utilizado para definir a chegada das caravelas portuguesas, em 22 de abril de 1500, ao Brasil. Portanto, sempre será utilizado neste trabalho referindo-se à chegada dos portugueses, inclusive o que adveio com eles, estará entre aspas designando invasão e não descobrimento.

Niède Guidon e os pesquisadores de São Raimundo Nonato, no Piauí. (2000, p. 23).

Para Bitencourt e Ladeira,

A ocupação do território foi sendo feita lentamente, durante muito tempo, por migrações de populações indígenas diferentes que estabeleceram contatos entre si, trocaram experiências, realizando alianças que enriqueceram suas heranças culturais ou, então, fizeram guerras para dominar áreas mais férteis ou de fácil comunicação (2001, p.19).

Independente das divergências acadêmicas quanto à definição cronológica da presença humana no Continente americano, em Lagoa Santa, Minas Gerais, foi encontrada ossada humana de 12 mil anos (2000, p. 24). E, também, na pesquisa arqueológica dos sambaquis do baixo Amazonas, da norte-americana Anna Roosevelt, foram encontradas cerâmicas de 11 mil anos (2000, p. 33). Portanto, e é esta a questão fundamental, as pesquisas arqueológicas notificam a presença humana há milhares de anos antes da chegada dos europeus. Por isso, escrevem Prezia e Hoornaert:

Por volta de 5 mil anos atrás, o território brasileiro começou a ser ocupado por novas levas migratórias, povos que dominavam uma agricultura simples, horticultura. Algumas plantas já eram cultivadas, como abóbora e pimenta. Outras começaram a ser domesticadas, como mandioca, a bata-doce e o cará. Certos produtos tornaram-se de grande utilidade prática, como a cuia e o algodão, ou passaram a ser usados em rituais, com o tabaco e o urucum (2000, p.31).

Para o conquistador europeu dominar os territórios ocupados pelos indígenas e submetê-los à sua lógica, utilizou de variadas formas, destacando-se entre elas o genocídio e a escravização. Muitas guerras e expedições foram executadas no período colonial contra as populações indígenas, principalmente tendo como alvo aqueles que resistiam à submissão e defendiam seus territórios.

Dentre muitos acontecimentos, destaca-se a expedição organizada durante o governo de Mem de Sá, o terceiro governador-geral, em setembro de 1558, que foi

registrado na história como um dos primeiros massacres praticados na região do Paraguaçu, estado da Bahia. O próprio governador comandou um exército de quatro mil homens, que destruíram cerca de 130 aldeias. Fato semelhante aconteceu com o povo Tupinikim, em Ilhéus, Sul Bahia, em junho de 1559, fato que entrou para a história com a *Guerra dos Nadadores*. Registrado em carta do governador Mem de Sá ao rei Dom João III, informa que por volta das três horas da manhã entrou numa aldeia e “nenhum Tupinikim ficou vivo e todos os trouxeram à terra e os puseram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua” (Apud. CIMI, 2000, p. 41).

Segundo Prezias e Hoornaert, não se sabe ao certo o total de povos que ocupavam a América, mas são estimados pelos estudiosos em torno de três mil. No Brasil, eram mais de mil povos distintos, com uma população entre três a cinco milhões (2000, p. 44). A população indígena no Brasil foi reduzida, na década de 1980, a cerca de 200 mil pessoas (CUNHA, 1987). Dentre as armas utilizadas, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha lembra que foram dizimados “pelas epidemias, pela guerra, pela escravização e, de forma geral, pelo avanço da fronteira econômica” (1987, p. 19).

O antropólogo João Pacheco de Oliveira constata a ínfima presença indígena que restou na região nordestina: “na década de 1950, a relação de povos indígenas do Nordeste incluía dez etnias”. (1999, p. 11). O mesmo verifica-se em outras partes do Brasil.

Os indígenas foram utilizados como guias e mão-de-obra na defesa dos interesses econômicos, políticos e militares da empresa colonial. Essas ações tinham o respaldo da política indigenista imperial que perdurou, com algumas variáveis, até o período republicano, apoiada na concepção de ‘civilizar’ os índios através da catequese, da escola, do estudo da língua, costumes, valores e cultura ocidental, além de incentivar a miscigenação.

O interesse principal da política integracionista era a ocupação das terras e utilização da mão-de-obra. Como instrumentos dessa política, os governantes engajavam os indígenas nas fileiras militares e, através da disciplina e da formação, teriam a possibilidade de serem inseridos nos costumes e valores da sociedade brasileira. Segundo Vasconcelos,

Os indígenas eram retirados de suas terras para servir ao serviço militar e com isso abriam espaço cada vez mais para a ocupação branca. O uso da mão-de-obra indígena era uma prática rotineira na região. O engajamento desses índios às tropas brasileiras fazia-se mediante presentes e promessas de concessão de terras. (1999, p. 43 e 87).

As formas de conquista e dominação dos índios estavam condicionadas às possibilidades de submissão ao modelo político e econômico do Império. No início do governo imperial a política adotada para os considerados índios arredios era a utilização de meios violentos, como perseguição e castigo. No caso dos indígenas “amigos da civilização”, eram favorecidos com concessões e projetos particulares (Op. Cit. p. 44).

Constato, ainda, que na legislação indigenista do século XIX, sua aplicação e consequência:

Num extremo, a corrente defensora do uso da força como medida eficaz para chamar o índio à civilização, que teve Varnhagem como defensor radical, apoiado pela legislação colonial promulgada por D. João VI; noutro, a partidária dos métodos brandos como única saída para o mesmo fim, cujo tutor foi José Bonifácio (1999, p. 125).

As populações indígenas não tiveram alternativa diante do processo imposto pela colonização. Foi diante dessa constatação que muitas etnias foram extintas, outras se dispersaram a procura de novos espaços, enquanto que outras, submetidas ao julgo dos interesses econômicos, políticos e religiosos negociaram a convivência com as forças não indígenas.

1.2 Missões religiosas: confinamento e proletarização no aldeamento Brejo dos Padres

No contexto da empresa colonial, o estado português estava representado pelos agentes mercantis e missionários. Nesse cenário, as missões cumprem papel ambíguo no trabalho com as populações indígenas. Inicialmente, em nome da fé, os missionários buscam arrebanhar almas para o seu domínio religioso, transformando os indígenas em católicos e em mão-de-obra.

As atrocidades cometidas contra os indígenas são cometidas desde o início da chegada dos portugueses. Segundo frei Martinho de Nantes que acompanhava a expedição repressiva, relata o ocorrido em 1706:

Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarram e dois dias depois, mataram a sangue frio todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram seus filhos e mulheres. (...) Os portugueses entraram na cidade da Bahia como triunfadores, apresentando-se ao governador, pedindo licença para a distribuição dos escravos que haviam feito. (Apud CIMI, 2001, p.41-42).

Os aldeamentos tiveram papel importante no processo de transmissão dos interesses colonizadores. As missões cumpriam determinação da Coroa, desde a sua constituição, organização e utilização dos indígenas no desenvolvimento da estrutura colonial. Para as missões de aldeamento, Lopes afirma:

A instrução do Rei João III aos Governadores Gerais do Brasil, no que diz respeito aos índios, foi bem clara: aldeá-los nas proximidades das povoações, nas chamadas Aldeias de El-Rei. Porém, esse tipo de aldeia permitia um contato muito próximo com o colono, que se interessava pelo índio apenas como mão-de-obra. (1999, p. 155).

É nesse ambiente que se pode analisar a missão junto à unidade Pankararu. A presença dos colonizadores provocou a desocupação compulsória dos povos de seus territórios tradicionais e, conseqüentemente, a desestruturação das organizações sociais, políticas e étnicas. Os povos foram obrigados a se refugiarem em outros espaços estranhos ao seu habitat.

Oliveira, tratando do papel das missões, afirma que “eram núcleos coloniais que objetivavam a catequização dos indígenas e a geração de riquezas para a Coroa e as próprias Ordens Religiosas” (Op.Cit., p. 24).

Os grupos arrebanhados pelos missionários foram submetidos à convivência com etnias de diferentes culturas, línguas e costumes e, até, etnias inimigas. Em regime de confinamento, as missões possibilitaram inicialmente a proteção das populações indígenas frente aos ataques violentos praticados por bandeirantes e *coronéis*². Ao mesmo tempo, tornou-se espaço de transmissão da cultura e religião praticadas pelos missionários em substituição aos costumes e tradições culturais e religiosas das etnias.

² Figura que representava o poder econômico e político de uma determinada região, expressa principalmente na posse da terra.

Junto a isso, os indígenas eram preparados para assumir as atividades econômicas do novo sistema, na forma de mão-de-obra.

Segundo a autora acima citada, utilizando texto de Julio Pernetta, o próprio Men de Sá definiu como deveria ser a organização do aldeamento:

As Missões deveriam ter uma organização administrativa como uma vila colonial, com um Meirinho, espécie de autoridade civil escolhida pelos missionários entre os indígenas, que se encarregava da vida na aldeia, isto é, de fazer os outros índios cumprirem as novas atividades: trabalho na roça, idas à igreja, confissões. Era ele, também, que se encarregava das punições quando havia infrações das normas. Para tanto, era erigido um Pelourinho, que também teria a função de ‘tronco de castigos’ (Op. Cit., 156).

Ao longo dos anos, a convivência tornara-se inviabilizada pela pouca terra disponível para o trabalho, provocando conflitos internos, fome e doenças. Segundo Prezia, “para abastecer os aldeamentos que se esvaziavam com doenças, os missionários organizavam constantes expedições ao interior, para convencer os indígenas a se aldearem, como forma de fugir à escravidão. Eram os chamados descimentos” (2004, 35).

Frente aos ataques e impacto econômico e sociocultural, referindo as populações indígenas do Nordeste, e considerando ser a área de colonização brasileira mais antiga, o antropólogo João Pacheco de Oliveira, afirma:

Para as etnias que sobreviveram só existiram dois caminhos: ou buscavam temporariamente áreas de refúgio, algumas vezes coexistindo com quilombos, até que viesse a ser incomodados por novas pretensões territoriais das fazendas e dos pequenos agregados urbanos; ou foram incorporados pelo processo civilizatório – seja insulados (isto é, reunidas, reterritorializadas e disciplinadas pelas missões religiosas), ou colhidas na sua capacidade (i.e., fragmentadas em famílias e coletividades acabocadas ou destribalizadas). (1999, p.24).

Percebe-se que, com isso, aos povos indígenas do Nordeste restou a convivência forçada com as missões religiosas, com a povoação do entorno e a inserção no modelo de sociedade mercantil.

1. 2. Pankararu: aldeamento Brejo dos Padres

A formação do aldeamento de etnônimo Pakararu, composto também por Kararúzes, Tacarubas, Porus, Umã, Vouves e Jeritacó, remete a período bem anterior ao datado pelos relatos documentais de 1702, provavelmente no século XVII, na Ilha de Surubabé, às margens do rio Pajéu, afluente do rio São Francisco. O aldeamento, administrado pelos jesuítas, recebeu a denominação de Nossa Senhora do Ó. (BARBALHO apud OLIVEIRA, 2004, p.11).

O aldeamento atual, denominado Brejo dos Padres, data do século XIX, criado provavelmente pelos padres Oratorianos ou Capuchinhos. Segundo Silva,

Há notícias dos últimos remanescentes indígenas que viviam selvagens no sertão de Pernambuco, sendo cristianizados, no início do século XIX, por Frei Vide Frescarolo, num lugar conhecido como Brejo, nas ribeiras do Moxotó. (2007, p. 66).

Ainda, segundo o mesmo autor, utilizando citação de Arruti, afirma:

O aldeamento do Brejo dos Padres constitui-se como fruto da estratégia de desterritorialização e reterritorialização, que levou a um movimento de divisão e/ou concentração dos diferentes grupos étnicos num mesmo espaço. (Apud. op. cit., 67).

Segundo Maria do Carmo de Oliveira, membro da etnia Pankararu, “a aldeia foi doada em carta Régia pelo Imperador Pedro II, formando quatro léguas em quadro, num total de 14.294 hectares”. (Op. Cit., 11). Território que foi invadido criadores de gado e pequenos posseiros.

Com o reconhecimento oficial do grupo pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)³, o território Pankararu foi reduzido na primeira demarcação, em 1941, para 8.100 hectares. Essa parte foi homologada em 1987, enquanto que os outros 6.194 encontra-se identificada e em processo de reivindicação pelas comunidades Pankararu.

Antes do processo de cristianização, segundo relatos transmitidos pelos mais velhos, viviam da caça e pesca, desenvolviam a agricultura de auto-sustentação, articulados e celebrados nos rituais religiosos, imbricados em sua cosmovisão.

Com o contato com os colonizadores, o território sofreu a invasão e as populações foram submetidas ao confinamento e obrigadas a conviverem geográfica e

³ Órgão ligado ao Ministério da Agricultura, denominado inicialmente de Serviço de Proteção ao Índio Localização de Trabalhadores Nacional

culturalmente sob o domínio da catequese e dos senhores de fazendas. Com a retirada dos povos, as terras foram ocupadas com a pecuária, principalmente na bacia do rio São Francisco.

A perda da terra e o crescimento populacional provocaram o aumento da fome e dos conflitos internos, impossibilitando a permanência de diferentes grupos étnicos em um mesmo espaço. No século XIX, muitas famílias pankararu migraram em busca de novas terras para trabalhar e reproduzir-se culturalmente, em busca de trabalho ou juntando-se a outros parentes em vários estados do país, a exemplo de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Alagoas.

1.3 Pankararu: situação sociocultural

O povo Pankararu mantém contato com a sociedade nacional há mais de 400 anos. A população atual está estimada em cerca de 5.000 mil pessoas, distribuídas em 17 aldeias distintas no interior do território, tendo centro a aldeia Brejo dos Padres.

Considerando o longo contato com a sociedade nacional e o impacto sofrido com a perda do território e suas organizações socioculturais, Athias constata:

Não obstante toda situação essa situação, percebe-se um sentimento muito forte de identidade manifestado em festas tradicionais como as celebrações do Toré, as celebrações do Menino do Rancho e a Festa da corrida do Imbu celebradas anualmente na Reserva Indígena (2002, p. 185).

As manifestações culturais e religiosas estão organizadas a partir dos *Encantados* – entidades espirituais que protegem e orientam a vida do Pankararu.

Mesmo tendo sofrido todas as conseqüências do processo civilizatório colonizador, conseguiu manter e praticar suas tradições culturais e religiosas. Relata Maria das Dores Oliveira:

Embora a ação missionária tenha sido efetiva, o permite que a maioria se autodefine como católica, seguidora do cristianismo, cultue Santo Antônio (padroeiro), promova missas, casamentos e batizados na igreja, com igual fervor é vivenciada a religião Pankararu, presente em várias situações como a festa do Menino do Rancho, corrida do Imbu, além de outros rituais realizados praticamente durante todos o ano, de acordo com a necessidade ou a vontade de quem queira promovê-los, podendo este acontecer ao mesmo tempo em várias casas ou aldeias. (Op. Cit., p. 14).

Além da permanente vivência interna dos rituais, muitos pankararu levam suas experiências religiosas para outros povos do Nordeste. Assim fundamentam a sua penetração religiosa entre outros povos:

Culturalmente, somos guardadores de *Sementes*. Trata-se de uma herança ancestral que procuramos manter com muito cuidado. Ser possuidor de uma semente é algo valioso, pois somente algumas pessoas podem possuí-las. Na concepção Pankararu, a Semente tem vontade própria. É ela que elege seu zelador. (Idem, p. 6).

E completa,

Assim como as *sementes* ‘caminham’ e procuram outros zeladores, muitos Pankararu costumam migrar para várias comunidades e, inevitavelmente, levam suas crenças e valores ancestrais. Por ser assim, talvez, subconscientemente, temos a necessidade de ‘semear’ cultura como forma de mantê-la cada vez mais viva, pois mesmo que o ‘novo grupo’ venha a dar-lhe uma outra conotação, estará lá, sempre, uma parte da memória Pankararu (Ibidem, p. 7).

É assim que o povo Pankararu explica a penetração cultura em outros povos e a organização de novos grupos do tronco Pankararu.

2. POVOS DO SERTÃO DE ALAGOAS: LOCALIZAÇÃO, ORIGEM E AFIRMAÇÃO ÉTNICA

A extinção do aldeamento Brejo dos Padres ocorreu com divisão das terras em lotes para as famílias Pankararu, tratada pelos indígenas como o *tempo de linhas*. Para os estudiosos, talvez essa fato tenha impulsionado a diáspora Pankaruru.

As práticas dos Pankararu tornaram-se comuns a todos os povos do sertão de Alagoas. Nos dias que antecedem e durante as cerimônias, há preparação específica e obediência dos *Praias*⁴ dentro do *Poró*⁵.

Estão presentes também outras práticas religiosas, a exemplo de curas, orações e venerações aos santos da religião católica e afro-descendentes. As curas são realizadas em indígenas, mas, atualmente, percebe-se também a presença de pessoas da

⁴ Homens totalmente cobertos com roupas fabricadas com fibras do cipó crauá, escolhidos especialmente pelas entidades religiosas protetoras da comunidade. A cada ritual, há uma preparação específica de no mínimo três que antecedem cada ritual, submetidos a abstinência sexual, a não ingestão de bebida alcoólica e a banhos com ervas para a purificação do corpo.

⁵ Lugar sagrado de acesso exclusivo dos homens, no período de preparação e durante os rituais.

circunvizinhança à procura de tratamento e medicamentos. Trabalhos realizados pelo pajé e benzedadeiras.

2.1 Geripankó

O povo Geripankó é o primeiro grupo descendente de Pankararu a se organizar no estado de Alagoas. Localizado no município de Pariconha, região do alto, a 360 km de Maceió, composto por cerca das 400 famílias distribuídas entre as aldeias do Ouricuri, Figueiredo, Serra do Perigoso e Volta do Moxotó.

A primeira família chegou à região no final do século XIX, atravessando o Moxotó, rio que separa os estados de Pernambuco e Alagoas, conhecido por Zé Carapina e Izabel, que dão origem ao povo Geripankó. O cacique Genésio Mirando, contou:

Em 1852, o índio Zé Carapina, fugiu da perseguição dos colonizadores ao povo Pankararu, atravessou o Moxotó e se fixou em uma terra que tinha mata, caça e pesca. Mas, muita mais, a paz. Ali, se casou com sua prima Izabel, começam a criação do povo. Aos poucos, em consequência da violência, outros parentes foram chegando e se juntando. Hoje já são mais de duas mil pessoas, com umas 400 famílias (VIEIRA, 2002).

Mesmo assim, os velhos e seus descendentes acompanharam os rituais Pankararu: *Corrida do Imbu*, o *Menino do Rancho*, a dança dos *Passos*⁶, os *Praíás* e os *Encantados*.

Maria do Carmo, afirma: “A maioria desses índios mais velhos são registrados lá em Pankararu. Pankararu e Geripankó, tudo é uma aldeia só” (SANTOS apud SILVA, p.78).

Nessa relação com o tronco Pankararu, se organiza político e socialmente a etnia Geripankó. Tratados na região como *cablocos*⁷ do Ouricuri, no início da década de 1980, impulsionado pelo processo de redemocratização do Brasil, as lideranças Geripankó se juntam aos povos da região e reivindicam o reconhecimento étnico e a demarcação do território.

⁶ Dança dirigida por um homem ou mulher tradicionalmente designado (a) por um antepassado, onde 25 animais são imitados pelos indígenas.

⁷ Denominação pejorativa dada aos descendentes indígenas, que convivem no entorno da sociedade nacional.

2.2 Kalankó

A etnia Kalankó⁸ é outro grupo de origem Pankararu, que, no século XIX, migrou em busca de terras para trabalhar e reproduzir-se culturalmente, na região da caatinga, localizada a 18 km da cidade de Água Branca, sertão de Alagoas, a 380 km de Maceió. Atualmente tem uma população de 338 pessoas, com 77 famílias, organizadas nas comunidades da Januária, Quixabeira, Lajero do Coro, Gregório e Santa Cruz, esta localizada no município de Mata Grande.

Por cerca de dois séculos viveram no anonimato, confundindo-se com os sertanejos e assumindo seus costumes, a exemplo das tradições católicas, vestimentas e formas de produção. Durante esse longo período foram obrigados a dissimularem a identidade étnica e cultural, inviabilizando as práticas religiosas originais. Para celebrar os rituais, ocultaram-nos do olhar do não-indígena ou participavam das *festas*⁹ dos Geripankó e Pankararu.

Segundo Herbertta,

Em julho de 1998 apareceram então para a sociedade do entorno pleiteando seus direitos no centro de Água Branca, o que repetem todos os meses de julho desde então. A partir de 29 de julho de 2001 surgiram para a imprensa nacional no jornal *Tribuna de Alagoas*, dançando e cantando o *Toré*, sua religião,, afirmação de sua indianidade, hábito cotidiano de seu povo. Escancarando agora par aos outros, sem medo, levantando a poeira do terreiro. (2003, p. 58)

Atualmente, os ritos religiosos são realizados em momentos alternados, alguns praticados frente aos olhares da sociedade, enquanto que outros ocorrem somente entre os membros das comunidades. A cada ano realizam duas celebrações religiosas que podem ser vistas pela sociedade não-indígena: a da noite do Sábado de Aleluia e durante o Domingo de Aleluia¹⁰; e no dia 25 de julho, em memória da luta política pela afirmação étnica, com a participação dos Geripankó, Karuazu e Katokin, do município de Pariconha, e Koianpá, de Inhapi (VIEIRA, 2009).

⁸ O termo kalankó teve sua origem em Pankararu e no calango, réptil que vive na região do semiárido, caça utilizada pelo povo como alimento em períodos de seca.

⁹ É uma denominação utilizada até os dias atuais pelos povos indígenas do Nordeste para designar os momentos de suas práticas religiosas, criadas em razão da perseguição, da violência e da discriminação da população e autoridades não-indígenas.

¹⁰ As referidas datas remontam ao período da catequese ensinada pelos missionários da Igreja Católica durante o período de aldeamento, na aldeia Brejo dos Padres.

2.3 Karuazu

O povo Karuazu habita atualmente as aldeias Campinho e Tanque, desde o final do século XIX, no município de Pariconha. Por motivos religiosos e políticos, a população se dividiu em torno das lideranças de Antônio Karuazu - pajé de Campinho; e Edvaldo Soares de Araújo - cacique de Tanque.

Descendente da etnia Pankararu, apoiados por outros povos e de organizações da sociedade, há 11 anos iniciaram a luta pela conquista dos direitos constitucionais, principalmente o reconhecimento étnico, demarcação do território e assistência de saúde e educação específicas e diferenciadas.

Atualmente está organizado em 116 famílias, com 955 pessoas. Mantém o calendário religioso, costumes e valores ligados às raízes, a exemplo do ritual dos *Praias*, a dança do *Toré* e comidas típicas.

2.4 Katökinn

O povo Katökinn vive na periferia da cidade Pariconha, localidade denominada Alto de Pariconha. Organizado com os Karuazu, resolveu assumir a própria organização étnica a partir de setembro de 2002. Liderado pela cacica Maria das Graças (Nina) e pelo pajé Arvelino (já falecido), organizaram o povo e estão lutando pelos direitos à saúde e educação, e, especialmente, a demarcação da terra. Atualmente já são cerca de 200 famílias que fazem parte da luta do povo.

Segundo Nina, o etnônimo katökinn apareceu através de sonhos transmitidos pelos *Encantados*, ocorridos mediante várias etapas:

Na primeira apareceu parte do nome em tábua pintada de branco; na segunda, pedindo orientação aos seus encantados, Nina solicita confirmação do nome da aldeia que aparece completo noutro sonho; nos sonhos seguintes, recebe a aprovação do 'rei' dos índios como a cacica e recebe orientação para fazer seu arco e flecha. Índio que é índio carrega seu arco. (AMORIM, 2003, p. 55-56).

Atualmente se encontram acampadas em uma parcela do território, próxima à aldeia.

2.5 Koiupanká

O povo Koiupanká vive no município de Inhapi, sertão de Alagoas, formado por cerca de 186 famílias e organizadas nas comunidades Baixa Fresca, Baixa do Galo e

Aldeia Roçado, enquanto que outras famílias se encontram pelas serras e periferias das cidades.

Sua relação de parentesco, matriz cultural e religiosa estão diretamente ligadas ao povo Pankararu. Entretanto, a partir da pesquisa de campo, percebe-se que há uma relação de identidade cosmológica dos Koiupanká, o “dono do terreiro” – *Encantado* – com o povo Pankararé, do município de Nova Glória, sertão da Bahia.

Os primeiros foram os membros da família Bispo encontraram uma pedra que juntava água (daí a palavra “inhapi”), começaram o trabalho de roça ao seu redor. Aos poucos foram trazendo outros parentes, e a população foi aumentando. Com a chegada dos *coronéis* à região, os Koiupanká foram expulsos da terra e forçados a trabalhar nas fazendas e usinas. Como consequência, os rituais que eram praticados regularmente, começaram a sofrer perseguição e foram considerados extintos.

Os Koiupanká têm o ritual da cura, onde a “*mesa*¹¹” é dirigida por dona Iracema, matriarca e uma das principais lideranças da comunidade, durante todo o ano. Além disso, existem mais dois rituais: a dança do *toré* e a dos *praiás*. O *toré* pode ser dançado em alguns momentos por todos, inclusive não-indígena convidado; dança tipicamente religiosa, que tem muitas finalidades, entre elas: agradecimento, festa, louvor, penitência, selar amizades.

Um dos rituais mais importantes é da Queimada do Murici. É quando celebram a criação do povo, com rituais do milho, mandioca e murici, realizado logo após o primeiro final de semana depois do Sábado de Aleluia. O milho lembra a criação do homem; a mandioca, a da mulher; e o murici, a criação do povo e é o alimento do dono do Terreiro.

Nos dias dos rituais, toda a dieta é preparada do alimento que está sendo celebrado. O ritual começa com a colheita feita pelos homens e depois, o alimento é preparado pelas mulheres, na casa onde reside o cacique. A alimentação é então *abençoada* pelos *praiás* e servida a todos, sendo primeiramente, aos *Homens* (*Encantados*). O ritual é iniciado, oficialmente, às 19 horas do sábado e prolonga-se, intercalado por vários atos religiosos, até o nascer do sol, no domingo; às 08hs é reiniciado, parando para o almoço, e retornando às 14hs até o final da tarde.

¹¹ Prática de cura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico e na pesquisa de campo utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho, constata-se que o processo de colonização imprimiu sobre as populações indígenas impactos significativos em seus territórios tradicionais, suas culturas, religiões e suas formas de organizações sociais.

No caso do povo Pankararu, observa-se que, tanto na fase de formação do aldeamento quanto em extinção, a população foi diretamente afetada no que se refere à sua autonomia política, cultural e religiosa, especialmente a invasão do território e a produção.

Entretanto, considerando as adversidades, o povo Pankararu conseguiu resistir, mantendo suas tradições a partir de um processo de reelaboração e ressignificação dos rituais e na luta pela recuperação do território.

Em nível cultural, um elemento que se destaca é a *Semente* da ciência indígena – os *Encantados* – que permanecem vivos na cosmovisão do povo, possibilitando a presença na memória de cada grupo que se organiza etnicamente. A tradição do povo se perpetua, passando de geração e geração e nos grupos que acolhem a tradição Pankararu.

Isso ocorre com os povos indígenas que têm a participação de Pankararu em seus rituais, e principalmente com aqueles que se formam diretamente ligado ao seu tronco religioso. Os povos ressurgidos, ligados aos terreiros e *Encantados* conseguem manter a forma e a resistência na luta pela conquista dos direitos à terra, à educação e à saúde. Essas conquistas estão ligadas diretamente ao processo de afirmação da identidade e fortalecimento da autonomia frente ao Estado nacional e à sociedade não indígena.

A presença dos povos em Alagoas põe novas demandas políticas e acadêmicas até então ignoradas. O processo de etnogênese das populações indígenas remete ao Estado brasileiro construir novas bases de relacionamento com o diferente. E, cabe a academia a tarefa de compreender o processo civilizatório, a construção da resistência e a formação do imaginário identitário indígena.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Siloé Soares de. *Ressurgidos: A construção da auto-imagem – os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Katökinn e os Koiupanká*. Campinas, 2003.

- ATHIAS, Renato. *Os Encantados, a saúde e os índios Pankararu*. In: Índios do Nordeste: Temas e Problemas 3. Maceió: Edufal, 2002.
- BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A história do povo Terena*. MEC: Brasília, 2000.
- CIMI, 2001. *Conselho Indigenista Missionário. Outros 500 – Construindo uma nova história*. Editora Salesiana, São Paulo, 2001.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio: ensaio e documentos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- HERBETTA, Alexandre Ferraz. *Kalankó – Índios Encantados*. Monografia, 2002.
- LOPES, Fátima Martins. *As missões religiosas na Capitania do Rio Grande nos séculos XVII e XVIII*. In: Índios do Nordeste: Temas e Problemas. Maceió: Edufal, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta - etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- _____. *Uma etnografia dos “Índios Misturados”? Obstáculos e perspectivas*. In: Maceió: Edufal, 1999.
- OLIVEIRA, Maria das Dores. *Da invisibilidade para a visibilidade: estratégias Pankaru*. In: Índios do Nordeste: Temas e problemas 4. Maceió, 2004.
- PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. *Brasil Indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo, FTD, 2000.
- PREZIA, Benedito. *Indígenas do leste do Brasil: destruição e resistência*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- ROCHA, Everaldo G. P. *O que é Etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SILVA, Amaro Hélio Leite. *Serra dos Perigosos – guerrilha e índio no sertão de Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.
- _____. *Terra, tradição e etnia: as estratégias de resistência dos Geripankó*. In: Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder. Maceió: Edufal, 2009.
- VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso – conflito, trama e continuidade*, Campo Grande: UFMS, 1999.
- VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga Vieira. *História Kalankó na memória de uma experiência indigenista: confinamento, diáspora e resistência étnica de um povo*. Maceió: Edufal, 2009.

